

## NOTAS SOBRE OS PROBLEMAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS COMO DESAFIOS PARA OS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

ERAS, Lígia Wilhelms  
Doutoranda em Sociologia (UFPR).  
E-mail: ligiaaweras@hotmail.com

**Resumo:** A Educação constitui-se como um dos problemas globais de destaque na atualidade. No contato com as teorias pós-coloniais, dos estudos culturais e feministas se percebe como prioridade central a compreensão de uma história diferente da imposição do primado da história única. De praticarmos uma polifonia de vozes – que torne mais próximos e compartilhados a dinâmica do Ensino de Sociologia – no Bacharelado e na Licenciatura – como formas de compreender as dinâmicas sociais educacionais e os desafios teóricos e epistemológicos impostos ao ensino de Sociologia. A perspectiva desta análise será pela vida dos estudos pós-coloniais, das teorias feministas e dos estudos culturais nas relações que permeiam o pensamento social, a cultura e a educação.

**Palavras-chave:** Educação; Teoria Social e Epistemologia; Ensino de Sociologia.

### I. Introdução

O encontro com as abordagens das teorias feministas, pós-coloniais e os estudos culturais nos permitiram dois conjuntos de experiências: a) a possibilidade de repensar a atuação profissional e intelectual, ao nos depararmos com os fenômenos sociais recentes e acentuados em sua permanência na sociabilidade atual; b) fazer uma leitura da experiência pessoal – uma vez que a tríade teórica e epistemológica – tem em comum o fato de dirigirem suas preocupações para o entendimento da cultura e da compreensão dos sujeitos, que até, então não eram reconhecidos em suas vozes culturais, sociais e políticas – a maneira como pertencemos a esse círculo de sujeitos a quem foi negado durante muito tempo um lugar efetivo de atuação social. Do impacto na construção de um conhecimento para a habilidade da pesquisa para o ensino e do ensino para a pesquisa. Das produções que estão sendo materializadas em forma de livros, artigos, revistas e dos encontros que buscam uma maior visibilidade e legitimidade dessa discussão no interior do campo acadêmico sociológico. Há duas problemáticas centrais quanto aos riscos da história única que são impostas às Licenciaturas de Ciências Sociais: a) o sentido prático” do conhecimento pedagógico sociológico; b) as representações sociais sobre a profissão de ensinar. Também é importante observar

como a localização colonizada da Educação impediram uma acomodação mais privilegiada – dentro e fora da escola – das novidades que são gritantes no espaço escolar como a interculturalidade, o risco da paralisia do conhecimento escolar e da inovação social e a emergência da composição de uma *agenda de discussões para o Ensino de Sociologia: entre possibilidades e epistemologias*.

## **II. O tempo, o espaço, as experiências na contramão da história única: contribuições epistemológicas dos estudos culturais, teorias feministas e pós-colonialistas quanto aos novos sujeitos sociais**

Nas teorias feministas, dos estudos culturais e pós-colonialistas vemos um esforço teórico de além de apreender e discutir os fenômenos ligados à cultura e a dominação, há um intenso trabalho de busca por posicionamentos teóricos mais pertinentes e que contribuam no entendimento das experiências que lidam com as questões de gênero e da cultura (e que poderíamos nos apropriar para o melhor entendimento das questões relacionadas aos desafios que permeiam a prática e o Ensino de Sociologia) – daquilo que cercam as representações de homens e mulheres e suas interatividades então plurais. A marca dessa atuação intelectual, especialmente dentro do feminismo foi uma das demonstrações da forma como a modernidade se instaurou historicamente, culturalmente e politicamente com referências determinadas e únicas sobre a representação de um mundo legitimamente masculino, banindo espaços de ação e de entendimento da história e das possibilidades sociais das mulheres nesta produção.

Portanto, mais uma vez, se evidencia o caráter político – que em Quijano (2005), Costa (2006) e Hall (2000, 2003) se destacam pelo crivo da colonialidade, da raça e do conhecimento – e nas teorias feministas ganham mais um elemento: a condição feminista. Nesta condição duas grandes categorias se apresentam problematizadas por Felski (1995) a noção de tempo e de experiência. Há um grande desafio em desconstruir a lógica unilateral do tempo histórico de padrões masculinizados de percepção do tempo. O tempo é uma grande invenção humana como forma de organização das atividades e de significação da passagem do tempo – em histórias, sentimentos e expectativas. É antiga a maneira como se deu a observação dos fenômenos naturais (a diferenciação do dia e da noite, do clima, das estações do ano, atribuindo sentimentos religiosos, afetivos e institucionais para idéia do tempo e do espaço) até chegarmos à medida mais radical do tempo como o cronológico, dos relógios, do trabalho, da produção, o digital.

A grande problemática da discussão do tempo é que ela se apresenta descolada de outra categoria importante e que está em evidência no contexto atual e que vem reorientando o conjunto das teorias sociais contemporâneas: a noção de sujeito. A teoria feminista entra em cena

no sentido de um forte questionamento frente à necessidade de novos aportes teóricos e uma nova maneira de interação intelectual frente aos novos fenômenos, considerando que, dentro do plano das subjetividades, a questão do gênero merece maior destaque e atenção, pois é o que vem movendo a sociabilidade dos indivíduos nas suas ações e decisões cotidianas, quanto no enfrentamento de dilemas e resistências no que tem configurado também essa sociabilidade atual.

O pressuposto inicial de onde partem as teorias feministas é justamente sobre a noção de sujeito. Do sujeito racional – estabelecido pelo crivo das teorias patriarcais – de um sujeito pensante, decidido, empreendedor (que foi representado na maioria das vezes como um modelo dominante e de marcas masculinas de constituição) ao sujeito do desejo – destaque do modelo freudiano – na tentativa de compreensão da vida psíquica humana – e que por tanto tempo, relegou, condicionou e restringiu as manifestações e percepções do desejo para o gênero feminino, até Michael Foucault (2007), que encara a noção de sujeito formado por um poder altamente disciplinador e que definirá histórias, trajetórias e destinos – dos que estão aptos pela disciplina e os “inaptos” do convívio, dos desejos, das possibilidades de realização social – daqueles que estarão no centro e na periferia dos processos de decisão social, os ajustados e marginalizados.

Deste mesmo sujeito surgem novas interpretações para cercá-lo e fazê-lo dizer novas histórias e possibilidades em que podem se realizar socialmente e da necessidade de uma maior abertura e dialogização – inclusive do corpo acadêmico – frente a essa novidade que tem se tornado o lugar das subjetividades nas sociabilidades e nas teorizações sobre o mundo.

A noção daquele sujeito limitado a uma idéia unívoca de percebê-lo tem provocado a curiosidade quanto a um contraponto e a sua possibilidade plural de existência. Ao pensar o tempo e a experiência, há um nítido apagamento de alguns sujeitos na história como é o caso da inibição da história feminina, de sujeitos negros, indígenas e tantos outros sujeitos mais, que não tiveram a possibilidade de contar as suas histórias e disponibilizar suas visões de mundo. E quando se questiona então a dinâmica do tempo, há que se considerar, e vemos isso em Felski (1995), que existem histórias distintas, com ritmos e temporalidades igualmente distintas que vão para além da idéia das formas tradicionais e periodicizadas de se perceber a ação desse mesmo tempo.

Tal atitude desembocou em uma mudança inclusive na prática intelectual e científica, de que para perceber a pluralidade e a diversidade é necessário haver maior modéstia na extensão e nas limitações de suas explicações perante o mundo que vê. Não há como fazer uma teoria de tudo, afirma Felski. A primazia está na possibilidade das particularidades e da diferença na escrita da história. E porque é necessária uma nova aproximação coma idéia de tempo e experiência? Para que não caíamos num único modo de compreender o mundo, do risco da sua plena

dominação – uma ironia do nosso tempo tão demarcado pela mudança e pela incompletude. A saída é evitar dominações e determinismos. Em Felski (1995), as teorias modernas em geral aprisionaram identidades, sexualidades e saberes. Do corpo e suas experiências consigo mesmo e com uma identificação sexual diferenciada – e situadas de forma discriminadas e manipuladas diante da sociedade. Da negação de formas plurais como é o caso das lésbicas, dos gays, do que quer explicar a teoria *queer*. E nessas diferenciações as escandalizações pelo sentimento de ambigüidade, fluidez e descentramento que provocavam e ainda provocam.

Do tempo tido também como meio de determinar as experiências. O tempo da escola. O tempo das brincadeiras infantis e do que é um padrão masculino e/ou feminino, modos de vida e identidades. E o mais interessante que nesse trajeto de olhar para o feminismo, para o pós-colonialismo e para os estudos culturais é de novo poder mirar para o moderno e perceber neles também uma forma de cultura imposta sobre si mesmos. Que também formam um panorama histórico de histórias, imagens e metáforas, como discute Felski. De sistemas simbólicos, mas que não estão abertos à prova, mas que tem poder de dizer, e, que, por muito tempo fizeram uso da autoridade para impor visões de mundo.

As crises de representação do tempo denunciam que o tempo predominante da modernidade foi o tempo do progresso que definia o desenvolvimento da ciência, da política, das grandes narrativas. Um tempo neutro, planejado, homogêneo de um único horizonte comum, e, masculino. Essa percepção do tempo era materializada em discursos que garantiam uma transcendência que “uniam a todos”, mas que ignorava as diferenças.

O tempo histórico atual – pelo menos com a presença cada vez mais atuante de teorias que contestam uma visão única do tempo – o percebe como essencialmente relacional – da voz e a escuta em Adelman (2009). Assim a história passa a ampliar as suas formas de significação de visualizarmos como um grande movimento ou movimentos – de ideias, sentidos e conflitos. Conforme nos lança Felski (1995), o que há hoje é uma tentativa de coexistência de narrativas múltiplas.

A atenção para os novos sujeitos, e, sobretudo, para o tempo de realização da experiência feminina está se tornando um antídoto poderoso de renovação em diversas áreas de conhecimento. Da forma como a militância feminina alterou o significado de seu tempo e de seu lugar na sociedade. Antes tão localizada num passado arcaico e monótono e hoje situada num futuro em ampla transformação. A mulher que participa da construção da sua história e na formação de tantas outras histórias. Felski afirma que o feminismo é um projeto para um tempo futuro e que saiu de uma linha única e circular a qual estava fadada ao não reconhecimento. Temas como o corpo e a sexualidade (no consumo, no trabalho, nos relacionamentos, na religiosidade, na ciência...) passam a ser cada vez mais explorados e pensados. Essa

necessidade vem sendo especialmente desenhada na necessidade, segundo Felski, de apreendê-las numa perspectiva relacional. Esse é o nosso desafio de existência, sociabilidade e de entendimento intelectual.

### **III. Exercícios de mobilização intelectual de um campo: teorias feministas, estudos culturais e o pós-colonialismo**

A partir de todo esse conjunto de reflexões não é de se estranhar que todo o conjunto da atuação – intelectual, de pesquisa e de atuação de pesquisadoras, escritoras e tantas outras pensadoras foi em grande medida uma ação militante, por conta da necessidade de conquistar e lutar por um espaço e uma legitimidade que até então eram (e, alguns casos ainda) resistentes, desconfiadas e que era até então infundadas teoricamente.

De Maria Juracy Figueira Tonelli e Sonia Maluf (2010) a Miriam Adelman, Miriam Grossi e Júlia Guivant (2010), há uma discussão por dentro da constituição do mundo da idéia no interior do campo acadêmico materializados no livro *Estudos In(ter)disciplinados: gênero, feminismo e sexualidade*. As primeiras autoras relatam o papel e a atuação do movimento feminista brasileiro a partir dos encontros desenvolvidos no período de 2005 a 2006. Uma marca local bastante curiosa: a) a militância; b) presença autônoma de formação e atuação em Organização Não Governamentais (ONGs) institucionalizadas; c) atuação em secretarias especiais em organizações decisivas de âmbito federal e universitárias para consolidação do campo dos estudos feministas. Portanto, é o que as autoras evidenciam do que seja pensar e construir o movimento feminista. Entre a teoria e a prática e o sentido da teorização desta prática.

Para tanto é preciso enfrentar as marcas do patriarcado também dentro do complexo acadêmico uma vez que houve uma presença contínua e de longa data e maciça de homens de ciência e que vem sofrendo transformações com o ingresso mais ampliado de mulheres nesse universo de trabalho. As práticas dos estudos feministas também se deparam com as resistências para duas naturezas que tem demarcado a prática científica nessas abordagens: a) Entre a teoria e a prática e o sentido da teorização da prática; b) as dúvidas e o criticismo empiricista diante dos modelos de análises femininos.

Tanto a reflexão da prática e a tentativa de se gerar uma ciência e uma epistemologia feminista tem movido um olhar especial para a atuação das mulheres na ciência e a vida de uma mulher captando o registro dessas experiências em narrativas e biografias – inclusive deixadas para a posteridade relatos da experiência de Mead e Benedict e de novas personagens que ingressam num novo tempo de construção de sociabilidades e subjetividades. Da invisibilidade

das mulheres na ciência ou a manutenção de sua relevância e participação nesse espaço limitadas.

Tonelli e Maluf (2010) afirmam ainda em seus estudos que há dois limites e tensões entre teorizações e militância em que de um lado estão as feministas e a insistente busca de produção de uma ciência feminista e o não reconhecimento do primado patriarcado de outras explicações científicas e, de outro lado, a percepção da radicalidade dos estudos feministas.

A luta se afirma na necessidade de gerar uma cidadania e acesso efetivo das mulheres na vida pública e científica em que as suas histórias de vida são somadas à reflexão teórica dessas experiências que auxiliam no processo de transformação de textos e contextos e no enfrentamento das desigualdades de lugares e posições, os quais determinados grupos são fadados, inclusive por ausência de fundamentação às suas ideias e reivindicações. É o que tem sido evidenciado por Tonelli e Maluf, pois militar e pensar essa especificidade se interconectam e geram novas respostas e alternativas diante da realidade das mulheres no espaço acadêmico e fora dele.

A ação militante em consonância com atividade da reflexão intelectual oferece uma nova visibilidade aos temas e situações da condição feminista porque torna real e consciente essa realidade e porque as ações passam a não ocorrer em formas isoladas, mas em redes e de formas mais engajadas. De observar como os sujeitos – homens e mulheres – utilizam as teorizações em suas realizações cotidianas.

Ao tomar a militância e o entendimento do espaço acadêmico como formas de manifestações das experiências femininas, as autoras ainda reiteram que a atividade não pode deixar de ser eminentemente política, pois as tensões nesse lugar são por tomada de lugares e espaços. Militar nessa concepção é sempre uma atividade de posições e que se conflita com o crivo da “neutralidade” científica. É que mesmo dentro do *locus* acadêmico ao se optar por travar um debate a partir do feminismo também será uma ação de postura política e de conhecimento de um lugar de luta, “nem sempre somente a academia é um lugar de produção teórica, assim como a militância e a experiência local não são apenas as únicas capazes de gerar ação” (TONELLI; MALUF: 2010, p. 113). A plausibilidade e a legitimidade das ideias feministas também recebem a marca de uma eminência interna de movimentação. Do grupo interno para, a posteriori, a academia e a sociedade.

a definição tradicional de ciência é vista como um empreendimento autônomo neutro e objetivo em que não se discutem as relações entre a ciência e poder. Essa virada epistemológica implicaria considerar o sujeito em seus contextos histórico, social, cultural e ideológico; e a ciência, nestes termos, assumiria compromisso moral, social, cultural e político tornando-se situada. (TONELLI; MALUF: 2010, p. 106)

Outra alternativa mencionada pelas autoras é a militância por meio das atividades intelectuais como as aulas e as pesquisas. Há uma identificação de formas próprias ao cotidiano acadêmico para as quais é possível agir politicamente, munidas de arcabouço teóricos e conceituais (TONELLI; MALUF, p. 113).

Qual tem sido o papel das Ciências Sociais e das intelectualidades na apreensão do plural e das contendas teóricas feministas no campo acadêmico sociológico? Essa é uma resposta e uma busca intelectual movida por Miriam Adelman (2009) materializada em sua tese de doutorado “a Voz e a Escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a Sociologia Contemporânea” e em diversos artigos em que busca um debate teórico entre as teorias feministas e o questionamento dos cânones nas narrativas sociológicas, especialmente contemporâneas.

A noção de gênero é uma novidade e a radicalidade de uma dúvida de até que ponto as referências teóricas até então referendadas e legitimadas no espaço das Ciências Sociais também não estão determinadas e envezadas na sua forma de entender e explicar a realidade social? Nessa seara de discussões o “conceito de gênero (...) marca um novo momento na teorização do social e se constitui no principal instrumento para entender a dupla questão da generificação da história e da historicidade do gênero” (ADELMAN: p. 182)

É uma convocação para o pensamento social pensar o modo como essa categoria de gênero passa a afetar e a modificar o olhar diante de outras categorias centrais para o entendimento da dinâmica social como a autora cita: trabalho, consumo, público/privado, sujeito, ação social, razão e desejo. E mais, inclusive, levantando a hipótese de que há uma mudança no próprio conceito de modernidade.

Para a Sociologia é uma crítica aguda e acentuada, pois além de ser uma das ciências mais jovens dentre as demais Ciências Humanas, tem sido revestida de uma marca que a inaugura no campo científico. A época histórica na qual emerge é a própria modernidade. Portanto, nasce e é convidada a refletir especialmente sobre os usos sociais da modernidade sobre a constituição de novos indivíduos, uma nova civilização pautada no surgimento da capitalização, urbanização e industrialização da vida. Dos clássicos aos contemporâneos de alguma maneira receberam as marcas de um tempo histórico que universalizava as experiências e a não garantia plena de realização de todos os sujeitos. Determinados pela história, pela convivência, pelo sistema, pelo poder e o saber.

O grande mote da questão é a de que nesse processo de constituição da modernidade para a atuação feminina restou uma localização desvalorizada, rotinizada, conservadora, de mistérios e com o rótulo do atraso. E se assim se manteve durante longas décadas em função de estar especialmente afastada dos quadros que produziam as decisões e o saberes dessas

épocas. A mulher era tida num espaço sempre cheio de detalhes e normatividades. Uma padronização intensiva de comportamentos, escolhas e possibilidades. Os usos sociais da estigmatização são utilizados para delinear os lugares desiguais de ação nessa mesma ordem social.

Adelman (2009) percorre todo o caminho de reflexão de inúmeras teóricas feministas no qual podemos identificar aspectos em que a modernidade e as teorias sociológicas – clássicas e contemporâneas – acabam perdendo ricas contribuições – especialmente pelo olhar do cotidiano feminino na incorporação da realidade social como um todo:

**\* Trabalho: Atuações limitadas em atividades domésticas ou de “cuidado”. Ausência e vulgarização da figura feminina nos espaços públicos. Um demorado processo de alocação da mulher no mercado de trabalho, primeiro, em posições subalternas consideradas femininas (vendedoras, professoras, enfermeiras) até chegarmos ao contexto atual em que o mercado é invadido pela presença e o modo feminino de organização e construção de uma ética profissional nas mais diversas e diferentes áreas de trabalho (embora ainda haja barreiras a serem rompidas como a desigualdade de acesso a determinados mercados e remunerações desiguais entre homens e mulheres).**

**\* Cotidiano e afetividade:** Longa ausência de reflexão sobre o espaço do cotidiano - percepções e afetividades na construção dessa subjetividade. A importância do papel feminino, da maternidade e na formação de novos homens e mulheres em sociedade.

**\* Consumo:** Hoje é um conceito que se sobrepõe até a categoria trabalho, central no contexto de surgimento da modernidade do século XIX, e que foi percebido de pouca relevância histórica, social, cultural - também por longas décadas – ao que movia e configurava o comportamento feminino. Foi um dos lugares mais admitidos a aparição da mulher num espaço público durante longas décadas.

**\* Corpo e sexualidade:** Uma das formas mais repressoras do comportamento feminino, fadando sentimentos e corporalidades à propriedade e padrões masculinos de relacionamentos e desejos. Além de uma ausência de reflexão sobre os saberes da corporalidades e sexualidades femininas. Muito mais discriminadas ainda eram experiências que se desviavam dos padrões patriarcais de realização pessoal e social.

**\* A TENSÃO DE HISTÓRIAS, SUBJETIVIDADES E PROJETOS DE VIDA**

Portanto, os espaços de reflexão teórica esvaziaram em vários sentidos a possibilidade de compreender a sociedade por um outro viés. De compreender, segundo Adelman (2009) que as identidades se criam e se reconstróem de formas diversificadas que não se reduzem àquilo que a teoria crítica geralmente vê como mera reprodução do consenso.

A teoria feminista e a compreensão das experiências, sociabilidades, condições e atuações feministas se apresenta para atividade acadêmica como uma grande mobilizadora de mudanças sociais e, logo, que precisam ser melhor compreendidas, analisadas, pesquisadas, refletidas. As

relações de gênero são fundamentalmente relações de poder operantes em todas as instâncias e instâncias da vida social (ADELMAN: 2010, p.106).

A proposta de Adelman é uma ampliação do cânone quanto a uma revisão do pensamento masculino hegemônico. Nessa aposta, as ações políticas e estratégias de produzir novos arranjos de pesquisas e tratamento acadêmicos dos temas que vem reconfigurando a experiência contemporânea. Inclusive inserindo nessa proposta uma necessidade emergencial de abertura das Ciências Sociais para uma dinâmica de trabalho interdisciplinar – mais uma contraposição a uma atuação ligada à corporação e disciplinabilidade sobre forma de preservar um lugar diferenciado de fala e entendimento da realidade – sobre pena de não reproduzir a incompletude provenientes do contexto moderno. Os fenômenos sociais, culturais e políticos atuais são cada vez mais densos e complexos no qual o debate com demais áreas de conhecimento tende a ser mais freqüentes, necessários e enriquecedores na compreensão das sociabilidades. Uma prática de restrição – *pasmem* – freqüente nas universidades e nos principais *locus* de produção de conhecimento.

Aqui se coaduna as falas de Tonelli e Maluf (2010) com as de Adelman (2009), quando as estratégias de composição do campo feminista que exigem uma atuação engajada, pedagógica e de despertar (ou mesmo provocar) departamentos, docentes, grupos de pesquisa, acadêmicos para uma nova dinâmica de fazer ciência que incorpore as problemáticas e crie novos tratamentos teóricos e epistemológicos de abordá-los. Portanto, essa legitimidade dos estudos feministas ainda é um processo em construção e a ser conquistado, especialmente, no *locus* acadêmico. Adelman (2009) continua relatando que ainda existe uma tendência de manter essas discussões aprisionadas em guetos e em áreas de interesse específicas, restringindo o acesso e a recepção das teorias feministas, porque nessa circularidade não estão somente em jogo o mundo das ideias, mas uma luta muito mais acirrada de espaço e poder. Conformações e lógicas de hierarquias e reconhecimentos. Processos de restrição, batalha acadêmica e movimentações intensivas para a constituição do campo dos estudos sobre Ensino de Sociologia, seguiram e seguem dinâmicas bem similares às descritas pela experiência dos estudos feministas, na conquista por espaço e legitimidades.

Para Adelman essa mudança no interior do campo acadêmico sociológico deve ocorrer num movimento interno e externo. Da formação de novos pensadores e articuladores de pesquisa que estão na graduação e na pós-graduação. De buscar aumentar o acesso ao conjunto de leituras – que em sua maioria estão disponibilizadas nos idiomas originais de produção (predominância do idioma inglês) o que pode inibir o acesso e a recepção dessas ideias – além da necessidade de criar e fortalecer grupos de pesquisas que influenciem o mundo acadêmico dentro e fora do espaço institucional – na participação em eventos, publicações em revistas de inúmeras

áreas de conhecimento e convencer os seus pares da legitimidade e da relevância da prática de interlocução, diálogo e de troca de ideias, visões, epistemologias, experiências. Que as teorias feministas já incorporaram há muitos anos essa prática de leitura e debate com as mais diferentes vertentes das teorias sociológicas clássicas e/ou contemporâneas e/ou temáticas o que permite que a mesma esteja bastante habilitada para o debate que lidere questionamentos sobre a necessidade da acolhida de novas temáticas de pesquisa na agenda da pesquisa sociológica e uma necessidade de inquietação para o novo.

Mas quais são as distinções e as lutas aqui presentes para da inserção das discussões educacionais no campo acadêmico? A indagação aqui presente é a de qual tem sido o papel das Ciências Sociais e das intelectualidades na apreensão do plural e das contendas das questões educacionais ainda dentro desse campo acadêmico sociológico. Poderíamos identificar uma série de aproximações com a perspectiva de análise dos estudos culturais, das teorias feministas e do pós-colonialismo nas relações que permeiam o pensamento social, a cultura e a educação. Podemos dizer que o desafio se constitui em suas questões fundamentais:

- a) O sentido da prática do conhecimento pedagógico sociológico;
- b) As representações sociais sobre a profissão de ensinar;

Descobrir quais são as disputas e as incertezas que permeiam o campo dos estudos do Ensino de Sociologia também é uma tarefa que se revela uma perspectiva histórica, uma vez que a Educação esteve localizada em lugares menos privilegiados do campo acadêmico – em que há uma “queda de braços” que tem envolvido o quadro de disputa – e a História das Ideias e dos Intelectuais – nesse *locus* no sentido de conquistas e de lutas por essa legitimidade ou “lugar de igualdade” da educação e dos estudos do ensino de Sociologia no campo acadêmico sociológico. Diante desse impasse sobre o caráter científico e/ou pragmático das atividades de ensinar, o lugar fragilizado da Sociologia no Ensino Médio, levou a temática a se inserir no campo acadêmico e nos cursos de Ciências Sociais como uma lógica subalterna, de pouco interesse que mobilizasse os docentes e maiores titulações ou com carreiras mais ligadas ao âmbito da pesquisa – que detém no ensino superior e nos órgãos de fomento – um prestígio e um reconhecimento maiores. Podemos dizer que a História das Licenciaturas começam a ganhar um corpo mais “sólido” e com maior dinamicidade de produções nesse contexto recente. Porque houve um imenso vazio e nulidade de produções e uma dificuldade de adequação das metodologias de ensino de Ciências Sociais porque o público, a cultura e a sociabilidade dos jovens no contexto atual são extremamente diferenciadas das antigas discussões das Ciências Sociais do período da institucionalização primeira. As múltiplas barreiras que tem se concentrado sobre a profissão de ensinar, abrangem:

- a) a Educação e o ensino como sentido essencialmente normativos e disciplinadores;

b) a forma pela qual o campo educacional foi um canal de dominação e colonização do saber, e ainda o é, em alguns casos, quando os conteúdos, as grades curriculares, os métodos estão prontos e impostos a toda a comunidade educacional, sem abertura para possibilidades de mudança e atuação;

c) o ofício de ensinar enfrenta um momento pesaroso, porque está ausente o sentido ontológico da profissão. É daqui que Adorno (2009) a atividade docente e o resgate do seu caráter eminentemente intelectual “ser capaz de auto-reflexão (...), o professor universitário (akademischer) tem da cátedra o fazer uso da palavra para argumentar mais extensamente e sem que alguém possa contradizê-lo”(p. 92). Isto é, a atividade da persuasão que se dá pela ótica do argumento e não pelo da força física. Da necessidade escolar em libertar o seu professor para a liberdade, formação e atuação intelectual. O professor, em geral, não tem controle e decisão sobre o seu saber. Isso o limita numa atuação em que nem ele mesmo se reconheça;

d) há um grande contingente de professores que são do gênero feminino. Há uma luta que pode também estar atrelada a um maior reconhecimento do ofício e a necessidade de se estudar até que ponto as oportunidades limitadas de atuação docente podem revelar motivações de invisibilidade femininas nesse processo;

e) E talvez o que seja mais grave. Conforme aponta Adorno (2009), o isolamento da escola – frente à sua capacidade de interagir, buscar parcerias, de ser um *locus* de produção – e não apenas reprodutora de conhecimento especializado – é um aspecto importante. Será a chave de uma mudança profunda que deve residir na sociedade e na sua relação com a escola, “a profissão de ensino tem ficado arcaicamente para trás com respeito a civilização que representa”(p. 99). Os desafios lançados para a intelectualidade estão em perceber limites e possibilidades no plano das teorias e epistemologias do neste campo de estudos ligados Ensino de Sociologia e as sábias provocações e exercícios que poderíamos coletar das práticas que no limite desafiaram as construções teóricas e epistemológicas dos estudos feministas, culturais e pós-coloniais e as novas dinâmicas e produções sociais na contemporaneidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisarmos a construção dos olhares que herdamos de um longo e intenso processo sócio-cultural do que somos, e, que, ao conhecer o outro, estranho e diferente, revela-se uma grande aventura no sentido de relativizar as práticas antes consideradas como certas e legítimas

e também lançar-se um olhar estranhado. Isso é um grande desafio lançado pelas teorias feministas, dos estudos culturais e pós-coloniais sobre um mundo em múltiplos processos de transformação e para o interior da própria ciência e das teorias sociológicas – clássicas e contemporâneas – em promover novas maneiras de pensar, cercar e estudar novos objetos e temáticas de estudos cada vez mais pluralizados. A riqueza dessa experiência está justamente em visualizar o ser humano sempre como uma possibilidade nova de conhecimento e de saber. Há que se considerar também a importância da ação dos intelectuais – especialmente, dos intelectuais professores (dos processos de intervenção no espaço público e da produção da circulação e da visibilidade das ideias e sobre o Ensino de Sociologia), e a importância de se mover o aspecto metodológico que ainda está em processo de construção – que atravessa o trabalho de três perspectivas: a) no sentido histórico; b) no sentido linguístico; c) no sentido da diversidade cultural, regional e institucional. Se nota há uma necessidade de se atravessar pela História das Ciências Sociais um olhar crítico que permita remodelações de formações e atuações que ainda está em ampla constituição, porém, já é possível perceber os contributos possíveis por meio da interação entre os universos acadêmico e escolar. Os problemas educacionais contemporâneos passam pelo entendimento da categoria sujeito e o que tem denotado a sua experiência em torno do tempo, do espaço, das corporalidades, das experiências sócio-político-culturais, sexuais e intelectuais em que o principal desafio teórico e epistemológico dentro do contexto sociológico e o de permitir que as novas configurações do conhecimento se afastem do primado da história única: a pluralidade prevalece a inovação acadêmica, escolar e de sociabilidade podem acontecer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta: encontros desencontros entre a teoria feminista e a Sociologia Contemporânea**. São Paulo: Editora Blucher, 2009.

ADORNO, Theodor. Tabus que pairam sobre a profissão de ensinar. In: **Palavras e sinais. Modelos críticos** 2. São Paulo: Vozes, 2009.

APPIAH, Anthony. **Na capa de meu pai**. São Paulo: Contraponto Editora, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São

Costa, Sergio. “Desprovincializando a Sociologia – A contribuição pós-colonial”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.21, n.60, fevereiro de 2006.

FELSKI, Rita. **The Gender of Modernity**: Cambridge, Mass/London: Harvard University Press, 1995

\_\_\_\_\_. **Doing Time: feminist theory and postmodern culture**. New York: New York University Press, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. São Paulo: Vozes, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar; SOUZA LAGO, Mara Coelho; NUMBERG, Adriano Henrique. **Estudos In(ter)disciplinados. Gênero, feminismo, sexualidade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

HALL, Stuart. A formação de um intelectual diaspórico: uma entrevista com Stuart Hall, de Kuan-Hsing-Chen. In: **Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-razonada. In: BONILLO, Heraclio. **Os conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992.

\_\_\_\_\_. Colonialidade, Modernidade e Identidade na América Latina. **Revista Estudos Avançados**. Edição nº 55, 2005.